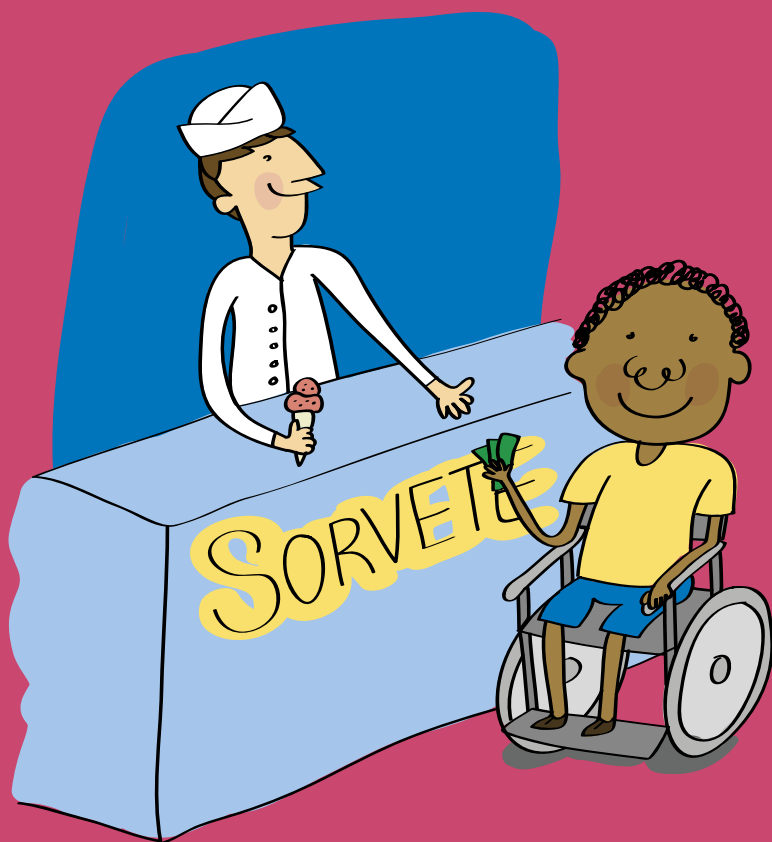


Legislação



DICAS SEBRAE
Empreendimentos Acessíveis

Legislação



Conselho Deliberativo | Pernambuco

Associação Nordestina da Agricultura e Pecuária - ANAP
Banco do Brasil - BB
Banco do Nordeste do Brasil - BNB
Caixa Econômica Federal - CEF
Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco - Faepe
Federação das Associações Comerciais e Empresariais de Pernambuco - Facep
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco - Fecomércio
Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - Fiepe
Instituto Euvaldo Lodi - IEL
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco - SDE
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- Senac/PE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Senai/PE
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar/PE
Universidade de Pernambuco – UPE

Presidente

Pio Guerra

Diretor Superintendente

Roberto Castelo Branco

Diretor Técnico

Aloísio Ferraz

Diretora administrativo Financeira

Adriana Lira

Comissão de Editoração Sebrae Pernambuco

Aloísio Ferraz
Angela Saito
Carla Almeida
Eduardo Maciel
Janete Lopes
Jussara Leite
Roberta Amaral
Roberta Correia
Tereza Nelma Alves

Unidade de Comércio e Serviço

Valdenice Ferreira
Mosana Cavalcanti (consultora)

Ilustração

Marina Guerra | Z.diZain Comunicação

Fotos

Eduardo Araújo

Revisão

Betânia Jerônimo

Projeto gráfico e diagramação

Felipe Gabriele | Z.diZain Comunicação
www.zdizain.com.br

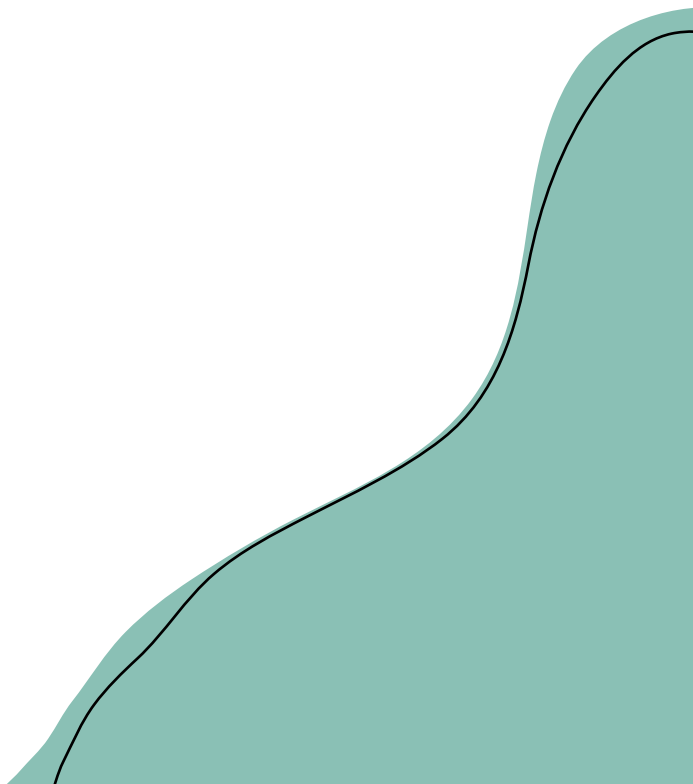
Impressão

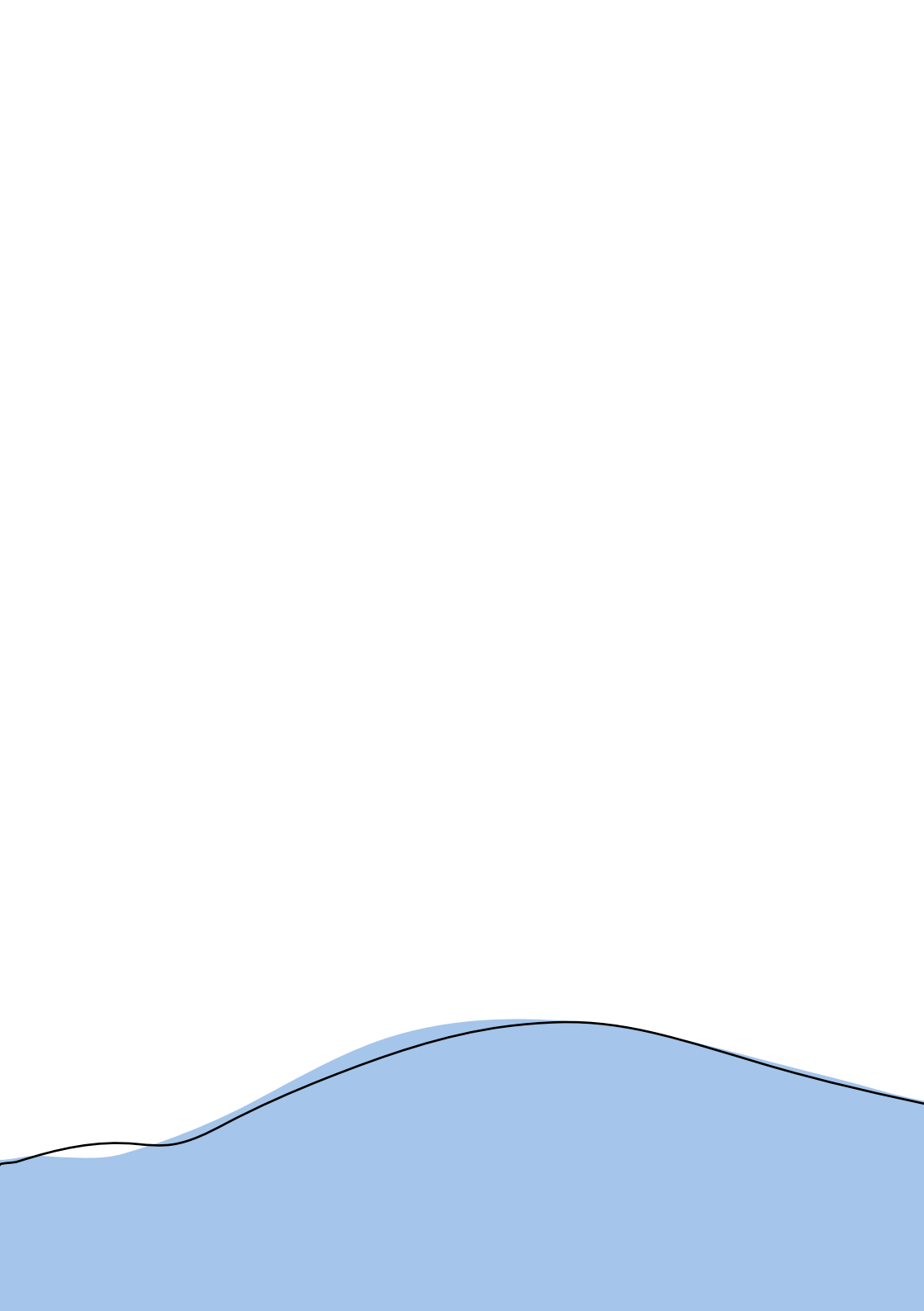
MXM Gráfica

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Pernambuco – Sebrae
Rua Tabaiaries, 360 – Ilha do Retiro – CEP 50750-230 – Recife/PE
Telefones: 0800 570.0800 / 81 2101.8400
www.pe.sebrae.com.br

Sumário

1. Apresentação	5
2. Acessibilidade	7
2.1 Desenho Universal	7
3. Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	7
3.1 Mobilidade reduzida	8
3.2 Tipos de deficiência	12
4. Sinalização	15
4.1 LIBRAS	16
4.2 Braille	18
4.3 Maquete tátil	19
4.4 Cão-guia	20
5. Sinalização tátil nos pisos	21
6. Legislação Federal	23
7. Legislação Estadual	27
8. Legislação Municipal	28
9. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)	30

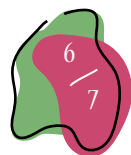




1. Apresentação

Buscando se aproximar cada vez mais do seu público-alvo, o Sebrae/PE dissemina informações educativas para pequenos negócios e ambiente econômico ideal para micro e pequenas empresas, através da Cartilha Empreendimentos Acessíveis – Legislação, a qual se destina às empresas e serviços das áreas de atuação do Sebrae, apresentando informações de adequação de acordo com as normas da ABNT NBR 9050 para que as MPE estejam aptas para atender à grande demanda dos eventos mundiais.

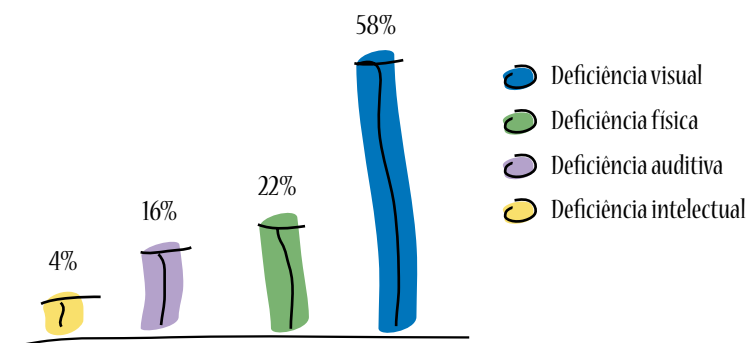
O objetivo principal da cartilha é orientar os empresários na preparação e/ou adequação dos empreendimentos baseados nas Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT NBR 9050, a fim de que seus estabelecimentos se tornem acessíveis, ou seja, sem obstáculos e barreiras que impeçam a livre circulação de seus clientes e fornecedores, gerando consequentemente aumento de suas receitas.



Considerando o incremento na demanda de visitantes ao Brasil em função dos dois grandes eventos mundiais - a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo de 2014, é de suma importância que Pernambuco esteja acessível para atender à demanda especial de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Foi pensando nisso que o Sebrae/PE desenvolveu esta cartilha, para orientar o comércio de varejo e serviços na adequação dos espaços de comércio varejista, serviços, meios de hospedagem, transportes, turismo e lazer, garantindo o livre acesso de todos e cumprindo o direito de ir e vir.

Com essa participação, tornaremos Pernambuco acessível, possibilitando o fortalecimento da economia através da geração de mais recursos e melhorando a qualidade de vida da população.

Segundo o último Censo do IBGE de 2010, cerca de 45 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência no Brasil e, relativizando, 2,4 milhões em Pernambuco, sendo que 58% apresentam deficiência visual; 22% deficiência física; 16% deficiência auditiva e 4% deficiência intelectual.

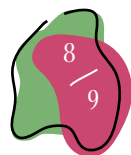


2. Acessibilidade

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, meios de transporte e comunicação. Pode-se dizer que acessibilidade não é apenas uma questão física e arquitetônica, mas um processo amplo de inclusão.

2.1 Desenho Universal

Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não exclui as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias.



3. Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

Deficiência | Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou mesmo de mobilidade e utilização de edificações, espaços, mobiliários, equipamentos urbanos e elementos, em caráter temporário ou permanente.

Conceito | “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999).

➤ 3.1 Mobilidade reduzida:

Mobilidade reduzida é a dificuldade de movimento, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência. A NBR 9050 entende por mobilidade reduzida, além da pessoa com deficiência, o idoso, o obeso, a gestante, dentre outros.

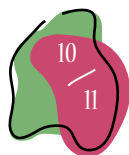
Pessoas Obesas | Indivíduos que excederam o Índice de Massa Corporal (IMC) adequado para a sua constituição física.



Pessoas obesas necessitam de um espaço mínimo de 0,80m para sua locomoção.



Gestantes necessitam de um espaço mínimo de 0,75m para sua locomoção.



Pessoas com andadores necessitam de um espaço mínimo de 0,85m a 0,90m para sua locomoção.



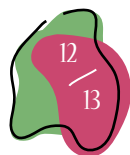
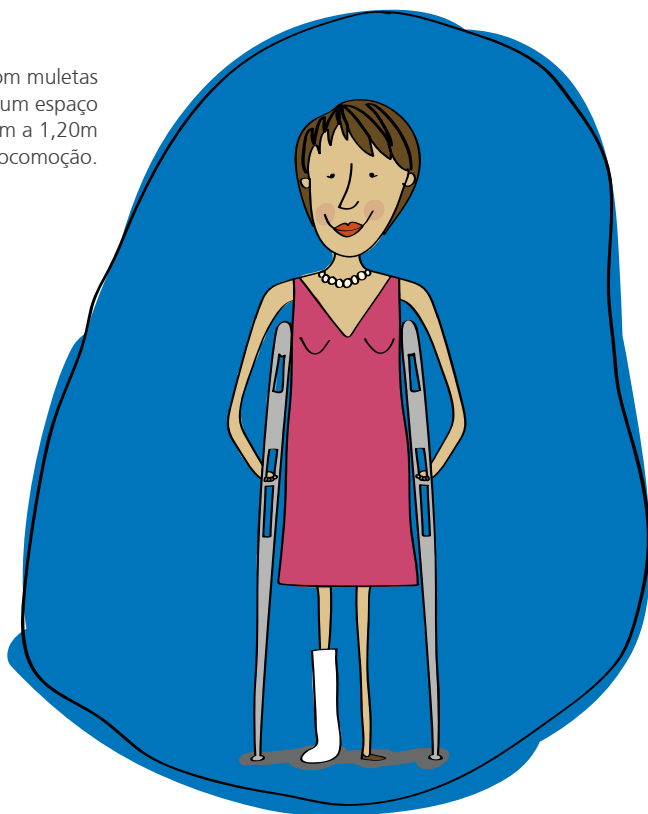


Idosos necessitam de um espaço mínimo de 0,75m para sua locomoção.



Pessoas com carrinhos de bebê necessitam de um espaço mínimo de 0,75m para sua locomoção.

Pessoas com muletas
necessitam de um espaço
mínimo de 0,95m a 1,20m
para sua locomoção.



➤ 3.2 Tipos de deficiência:

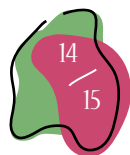
Deficiência Física | Alteração completa ou parcial de um ou mais segmento do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Também são deficiências físicas a amputação ou ausência de membro, a paralisia cerebral e os membros com deformidade congênita ou adquirida. Não são consideradas deficiências físicas as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho de funções.

Usuários de cadeira de rodas necessitam de um espaço mínimo de 0,80m para sua locomoção.



Deficiência Visual | Mesmo utilizando uma lente corretiva em seu melhor olho, uma pessoa considerada deficiente visual não consegue enxergar a maior letra da Tabela Snellen - aquela com 11 fileiras de caracteres que vão diminuindo de tamanho, utilizada nos consultórios oftalmológicos para testar a acuidade visual dos pacientes. Quem tem visão totalmente normal é capaz de enxergar a oitava linha sem óculos.

Deficientes visuais com cão-guia
necessitam de um espaço
mínimo de 0,90m
para sua locomoção.




Deficiência Auditiva | Perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Deficiência Intelectual | Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.

Deficiência Múltipla | Associação de duas ou mais deficiências.

Ao segmentar essas deficiências, conseguimos compreender que, da mesma forma, não há apenas uma maneira de tratar as pessoas com deficiência, pois cada uma necessita de um cuidado especial e um tratamento diferenciado, de acordo com a sua especificidade.

O Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (ONU, 1982) diz que “os países membros devem garantir que pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de desfrutar de atividades recreativas que têm outros cidadãos. Isto envolve a possibilidade de frequentar restaurantes, cinemas, teatros, assim como locais de lazer, estádios esportivos, hotéis, praias e outros lugares de recreação. Os países membros devem tomar a iniciativa, removendo todos os obstáculos neste sentido. As autoridades de turismo, agências de viagens, organizações voluntárias e outras envolvidas na organização de atividades recreativas ou oportunidades de viagem devem oferecer serviços para todos e não discriminar as pessoas com deficiência”.



4. Sinalização

Nas construções, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos, deve-se aplicar, quando se fizer necessário, a sinalização de acessibilidade por meio do Símbolo Internacional de Acesso (SIA), em sendo identificados elementos acessíveis ou utilizáveis por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.



Símbolo internacional de acesso.



Símbolo internacional de acesso para pessoas com deficiência visual.



Símbolo internacional de acesso para pessoas com deficiência auditiva.

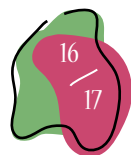


Símbolo internacional de acesso para pessoas com deficiência intelectual.

Dica:

Os símbolos apresentados devem ser fixados em local visível, caso os lugares sejam acessíveis:

- entradas;
- áreas e vagas reservadas a estacionamento de veículos;
- áreas de embarque e desembarque;
- sanitários;
- áreas de resgate, refúgio e saídas de emergência;



- áreas reservadas a pessoas com cadeira de rodas;
- equipamentos de uso exclusivo de pessoas com deficiência.

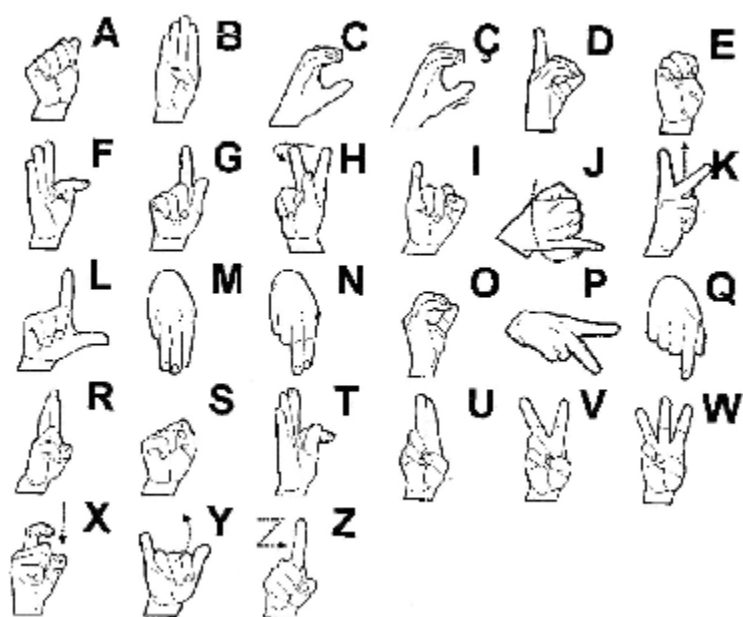
➤ 4.1 LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais constitui-se na principal forma de comunicação e expressão utilizada pelas pessoas surdas. É a língua natural das comunidades surdas. Serve para transmitir ideias e fatos oriundos das pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Ao contrário do que muitos imaginam, a Língua Brasileira de Sinais não se resume simplesmente a mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. Ela possui estruturas gramaticais próprias.

A língua de sinais não é universal. Cada país tem a sua própria língua de sinais, que sofre as influências da cultura nacional e regional.

A presença de um intérprete de Libras é indispensável nos sistemas de comunicação que oferecem o recurso no momento em que se faz a transmissão, ou onde a comunicação de ideias e fatos se faz necessária através da fala.

Confira, na próxima página, os sinais de Libras que representam todas as letras do alfabeto:



➤ 4.2 Braille

O Sistema Braille é o principal instrumento de leitura e escrita das pessoas cegas em todo o mundo. É um alfabeto convencional, cujos caracteres são indicados por pontos em relevo. É um sistema de leitura no qual o deficiente visual o distingue por meio do tato.

É utilizado em livros, jornais, folhetos, cardápios, elevadores, placas de informação, maquetes e demais locais, onde a informação se dá através da escrita.

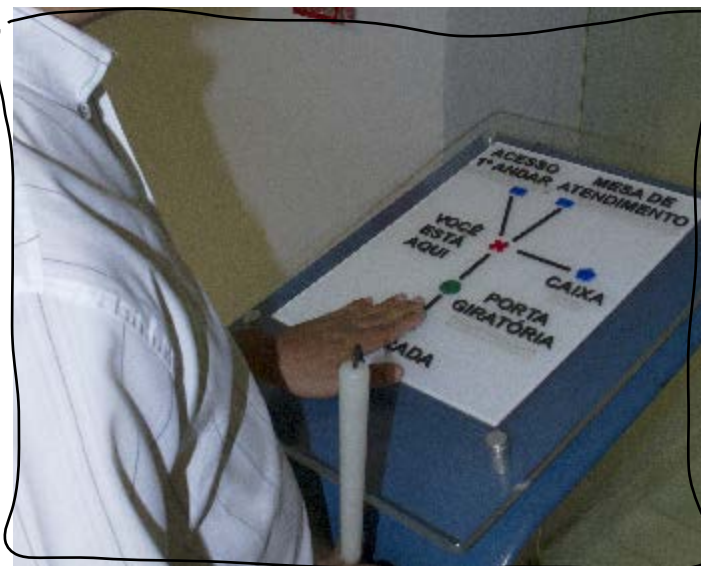
Confira os sinais de Braille que representam todas as letras do alfabeto:

A ● ● ● ● ● ●	B ● ● ● ● ● ●	C ● ● ● ● ● ●	D ● ● ● ● ● ●	E ● ● ● ● ● ●	F ● ● ● ● ● ●	G ● ● ● ● ● ●
H ● ● ● ● ● ●	I ● ● ● ● ● ●	J ● ● ● ● ● ●	K ● ● ● ● ● ●	L ● ● ● ● ● ●	M ● ● ● ● ● ●	N ● ● ● ● ● ●
O ● ● ● ● ● ●	P ● ● ● ● ● ●	Q ● ● ● ● ● ●	R ● ● ● ● ● ●	S ● ● ● ● ● ●	T ● ● ● ● ● ●	U ● ● ● ● ● ●
V ● ● ● ● ● ●	W ● ● ● ● ● ●	X ● ● ● ● ● ●	Y ● ● ● ● ● ●	Z ● ● ● ● ● ●	É ● ● ● ● ● ●	ALFABETO LEITURA 1 ● ● 4 2 ● ● 5 3 ● ● 8

➤ 4.3 Maquete tátil

A maquete tátil reproduz objetos, obras, monumentos e edificações em menor escala, e visa a proporcionar, aos visitantes com deficiência visual, a compreensão e a percepção do volume visitado por meio do tato. Deve ser construída com materiais resistentes ao manuseio e peculiaridades de textura e temperatura, de forma que a pessoa com deficiência visual possa distinguir suas superfícies.

As informações contidas na maquete tátil deverão estar dispostas também em Braille.



➤ 4.4 Cão-guia

É um animal treinado e responsável pela condução com segurança da pessoa com deficiência visual. Em virtude do seu rigoroso treinamento, está habituado e capacitado a entrar e permanecer junto aos seus donos em todos os tipos de estabelecimento. Ele é um cão de trabalho e não um bicho de estimação, portanto não o toque, não o acaricie e não o distraia enquanto ele estiver usando a guia.

Esses animais têm livre acesso a todos os locais públicos ou privados e podem viajar em todos os meios de transporte, desde que acomodados aos pés do seu dono.

As raças caninas mais utilizadas são labrador, pastor alemão e golden retriever.



5. Sinalização tátil nos pisos

A sinalização tátil nos pisos pode ser do tipo alerta ou direcional. Ambas devem ter cor contrastante com a do piso adjacente e ser sobrepostas ou integradas ao piso existente. É destinada a servir de alerta (piso tátil de alerta) ou linha-guia (piso tátil direcional), perceptível por pessoas com deficiência visual. Recomenda-se a cor amarela para os pisos táteis por ela possuir maiores índices de reflexão da luz (propícia para quem tem baixa visão).

Piso tátil de alerta

O piso tátil é caracterizado pelo conjunto de relevos em forma de pontos em relação ao piso adjacente e ao entorno, os quais possuem cor contrastante e estão dispostos paralelamente, destinados a servir de alerta ou linha de guia perceptível por pessoas com deficiência visual. Deve ser utilizado para sinalizar situações que envolvam risco de segurança.

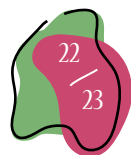


Foto: Eduardo Araújo

Piso tátil direcional

O piso tátil direcional é caracterizado por possuir superfície com relevos lineares regularmente dispostos, instalados no sentido do deslocamento. Geralmente é implantado nas áreas de circulação, nos locais sem guia de balizamento ou muito amplos.



Foto: Eduardo Araújo

Recomendações

- as faixas de piso tátil direcional e de alerta são de 0,25m;
- nos trajetos e rotas acessíveis, deve ser feita uma composição com piso de alerta e direcional;
- nas escadas e degraus, utiliza-se o piso de alerta no primeiro e no último degrau;
- as faixas são usadas para indicar mudança de direção; em frente às portas de acesso; ao redor de obstáculos suspensos que possuam de 0,60m a 2,10m do piso (orelhão, lixeiras, caixas de correios etc); e em locais onde idosos, crianças e pessoas com deficiência visual precisem de maior atenção.

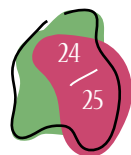
6. Legislação Federal

Lei Federal nº 7.405, de 12 de novembro de 1985

Torna obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso (SIA) em todos os locais e serviços que permitam a sua utilização por pessoas portadoras de deficiência, e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991

Dispõe sobre planos de benefícios da Previdência Social e cotas por percentuais de funcionários com deficiência, a serem contratados por empresas com mais de 100 funcionários.



Lei Federal nº 8.899, de 29 de junho de 1994

Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999

As empresas com 100 ou mais empregados ficam obrigadas a preencher de 2% a 5% de seus cargos com portadores de deficiência. A dispensa de empregado deficiente somente poderá ocorrer após a contratação de substituto em condições semelhantes.

Decreto Federal nº 3.298, de 20 dezembro de 1999

Nas áreas externas ou internas da edificação destinadas à garagem e a estacionamento de uso público, serão reservados 2% do total das vagas à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, garantidas, no mínimo, três delas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas e com as especificações técnicas de desenho e traçado segundo as normas da ABNT.

Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004

Regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas

portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Segundo este decreto, todos os projetos arquitetônicos e urbanísticos, de comunicação e informação, de transporte coletivo e execução de qualquer tipo de obra em prédios públicos ou de uso coletivo só serão aprovados se obedecerem aos critérios de acessibilidade e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O conteúdo das normas brasileiras é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros e dos organismos dos setores envolvidos, deles fazendo parte produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros).

Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002

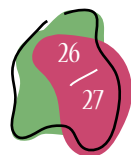
Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.

Lei Federal nº 11.126, de 27 de junho de 2005

Dispõe sobre o direito do portador de deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado do cão-guia.



Decreto Federal nº 5.904, de 21 de setembro de 2006

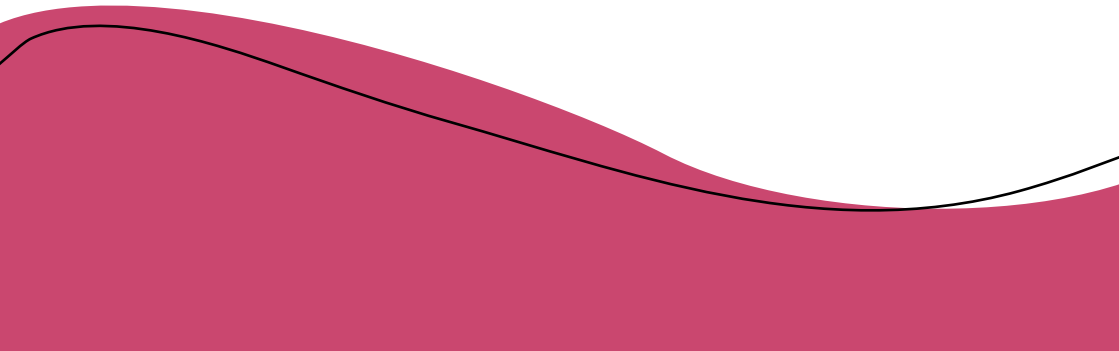
Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia, e dá outras providências.

Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo facultativo, apensos por cópia ao presente decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como nele se contém.

Resolução nº 009, de 5 de junho de 2007 (Agência Nacional de Aviação Civil)

Na hipótese da empresa aérea exigir a presença de um acompanhante para o passageiro portador de deficiência, deverá oferecer para o seu acompanhante desconto de, no mínimo, 80% da tarifa cobrada do passageiro portador de deficiência.

A decorative wavy line in a dark pink color, starting from the left edge of the page and curving upwards and then downwards towards the right edge, creating a modern, abstract design element at the bottom of the document.

7. Legislação Estadual

Lei Estadual nº 11.897, de 18 de dezembro de 2000

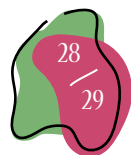
Dá direito à Carteira de Livre Acesso, que é um benefício que concede transportes gratuitos às pessoas com deficiência através do sistema de transporte público da Região Metropolitana do Recife.

Lei Estadual nº 12.971, de 26 de dezembro de 2005

É isenta de pagamento de Impostos sobre Propriedades de Veículos Automotores (IPVA) a pessoa portadora de deficiência física, visual e mental.

Lei Estadual nº 13.714, de 20 de fevereiro de 2009

Obriga que farmácias e drogarias do Estado de Pernambuco ofereçam lista de medicamentos genéricos em Braille, e determina providências pertinentes.



8. Legislação Municipal

Lei Municipal nº 16.890, de 11 de agosto de 2003

Os passeios públicos ou calçadas integram o sistema viário ao longo das vias de rolamento, devendo ser reservados prioritariamente aos pedestres, sendo obrigatória a sua construção em toda a testada do terreno, edificado ou não, localizado em logradouro provido de meio-fio e pavimentação, garantindo acessibilidade e segurança, atribuída essa responsabilidade ao proprietário ou ocupante do imóvel e, em alguns casos, ao poder público municipal.

Decreto Municipal nº 20.604, de 20 de agosto de /2004

Regulamenta a Lei nº 16.890/03, que altera a seção IV do capítulo II, título IV da Lei nº 16.292/97 (Lei de Edificações e Instalações na Cidade do Recife), e consolida normas de construção, manutenção e recuperação dos passeios públicos ou calçadas.

Lei Municipal nº 17.199, de 27 de abril de 2006

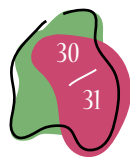
O povo da cidade do Recife, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono parcialmente a seguinte lei: fica instituída, no âmbito da cidade do Recife, a Política Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência, na forma especificada por esta lei, com fundamento e orientação nas demandas do segmento à formulação e implantação da Política Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência, visando a integrar as ações da Política Municipal de Direitos Humanos com as demais políticas municipais setoriais, de forma a garantir o desenvolvimento de planos, programas e projetos decorrentes da mencionada política de inclusão.

Lei Municipal nº 17.199, de 27 de agosto de 2006

Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Recife (Comud), vinculado à Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, instância superior de deliberação colegiada, de natureza permanente e composição tripartite, para o controle social e de atuação no âmbito do município do Recife.

Lei Municipal nº 17.296, de 9 de janeiro de 2007

Obriga os hotéis e similares, instalados na cidade do Recife, a colocarem, à disposição dos hóspedes portadores de deficiência visual, ficha de entrada, normas do estabelecimento e demais serviços existentes em Braille.



9. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, da construção, da instalação e da adaptação de edificações, mobiliário, espaços, equipamentos urbanos e meios de transporte às condições de acessibilidade.

NBR 9050:2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos

NBR 9077:2001 – Saídas de emergência em edifícios

NBR 13994:2000 – Elevadores de passageiros (elevadores de transporte de pessoa com deficiência)

NBR 14020:1997 – Transporte: acessibilidade à pessoa portadora de deficiência (trem de longo percurso)

NBR 14021:2005 – Transporte: acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano

NBR 14022:1997 – Transporte: acessibilidade à pessoa portadora de deficiência em ônibus e trólebus para atendimento urbano e intermunicipal

NBR 14273:1999 – Transporte: acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial

NBR 15250:2005 – Acessibilidade em caixa de autoatendimento bancário

NBR 15290:2005 – Acessibilidade em comunicação na televisão

NBR 15320:2005 – Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte coletivo

NBR 14022:2006 – Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros

NBR 15450:2006 – Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário

As normas técnicas relativas à acessibilidade podem ser baixadas gratuitamente na internet (www.acessibilidade.org.br).

